

GOLPE CONTRA O ESTADO



Nesta seção são sistematizadas as propostas das principais candidaturas presidenciais em relação à reforma do Estado, às empresas estatais, ao investimento público, à política fiscal e à política social, questões chave para a retomada do desenvolvimento com inclusão da maioria.

As capacidades estatais nos programas dos presidenciais 2018

No último dia 15 de agosto, concluiu-se o prazo fixado pela justiça eleitoral para a inscrição das candidaturas presidenciais e para a apresentação dos programas de governo para o pleito de 2018.

Ao todo foram treze as chapas inscritas, com os seguintes postulantes: Álvaro Dias (Podemos), Cabo Daciolo (Patriotas), Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB), Guilherme Boulos (PSOL), Henrique Meirelles (MDB), Jair Bolsonaro (PSL), João Amoedo (Novo), João Goulart Filho (PPL), José Maria Eymael (DC), Lula (PT), Marina Silva (Rede) e Vera Lúcia (PSTU).

A se levar em conta o conjunto das pesquisas de opinião e intenção de votos, o cenário de pulverização das candidaturas cria quatro grupos de candidatos: os progressistas competitivos eleitoralmente, Lula (ou eventualmente quem o PT indicar em caso de impugnação do ex-presidente) e

Ciro Gomes; os liberais competitivos eleitoralmente, Geraldo Alckmin, Jair Bolsonaro e Marina Silva; aqueles que, à esquerda e à direita, por terem dificuldade de mobilizar votos, devem permanecer como candidaturas cujo objetivo será restrito apenas ao debate ideológico: João Amoedo, Guilherme Boulos, Cabo Daciolo e Vera Lúcia; e, por fim, aqueles que, dispondo de ativos eleitorais, como legenda e tempo de tevê, mas também sem votos, devem permanecer como candidaturas cujo objetivo final é a negociação de apoio de legendas em um provável segundo turno: Álvaro Dias, Henrique Meirelles, João Goulart Filho e José Maria Eymael.

Nessa eleição, os temas relacionados à recuperação do Estado de bem-estar social e do Estado desenvolvimentista aparecem como condicionantes para o crescimento econômico, a reativação da geração de emprego e trabalho e a recuperação do salário e da renda, portanto, são fundamentais para

o debate eleitoral, se respeitadas as expectativas do eleitorado.

Desse modo, o papel do Estado e das capacidades estatais se mostram fundamentais para a volta do desenvolvimento econômico. Um Estado mais robusto e eficiente pode implementar medidas anticíclicas e de reativação da demanda efetiva por meio do investimento público e do gasto social.

Sendo assim, são apresentadas a seguir as principais propostas dos candidatos para cinco temas fundamentais para o desenvolvimento econômico do país: reforma do Estado, política fiscal, políticas sociais, empresas estatais e investimento público.

Vejamos algumas propostas dos cinco candidatos mais competitivos desse pleito: Lula e Ciro Gomes, no campo progressista, e Geraldo Alckmin, Jair Bolsonaro e Marina Silva, no campo liberal.

No que se refere à reforma do Estado, o programa Lula de governo propõe a recomposição do sistema produtivo estatal e do sistema de créditos públicos, a recriação dos ministérios de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Políticas para as Mulheres, além de uma reforma política e do Judiciário que melhore os canais de representação, participação e controle público sobre os três poderes. É, de longe, o programa que mais tem elaborações sobre esse tópico especificamente. O programa de Ciro Gomes, por sua vez, concentra esforços na formulação de um novo pacto federativo e defende a recriação da secretaria de mulheres.

O programa de Geraldo Alckmin concentra-se na proposta de enxugamento de dez ministérios, embora não liste quais são; Jair Bolsonaro é ainda mais liberal nesse tópico e anuncia o corte de quatorze ministérios, com destaque para a criação de um super Ministério da Economia, com a fusão de Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio Exterior. O programa de Marina não trata desse tema.

O capítulo de política fiscal tem sido um dos mais debatidos nos programas de governo apresentados em 2018, em função da conjuntura de desorganização das contas públicas. No programa Lula ganham centralidade a revogação do teto dos gastos, a isenção de imposto de renda para quem ganha até cinco salários mínimos, a municipalização da

Cide, a taxa sobre bancos e spreads a fim de baratear o crédito, a reforma tributária progressiva e o mandato-duplo para que o Banco Central se ocupe da inflação e do emprego. Os mesmos pontos aparecem no programa de Ciro Gomes, com o acréscimo da proposta de que acabará com o déficit fiscal em até dois anos.

O programa de Geraldo Alckmin segue a linha do austericídio com a manutenção do teto dos gastos e do ajuste fiscal, aos quais se acrescenta a proposta de criação de um imposto único sobre valor agregado (IVA) e a redução de imposto de renda para empresas. Jair Bolsonaro propõe um calendário de ajuste ainda mais austero, sinalizando zerar o déficit público até o final de 2019, por meio de privatizações, concessões, venda de propriedades mobiliárias da União e devolução de recursos em instituições financeiras oficiais. Já Marina Silva, seguindo em linha análoga aos dos dois últimos, propõe ainda o aumento da tributação sobre heranças e a redução de impostos sobre medicamentos.

Nas políticas sociais, o programa Lula propõe a retomada do pacote bem-sucedido de políticas que, do Bolsa Família ao Minha Casa Minha Vida, passando por Prouni, Fies, Pronatec, Luz para Todos, Cisternas e agricultura familiar, melhoraram a vida da população brasileira quando dos governos petistas. Ciro Gomes, por seu turno, propõe uma remuneração mensal aos alunos da rede pública do ensino médio, um programa especial para o atendimento na primeira infância, além de um programa para o acompanhamento de jovens egressos do sistema prisional.

O programa de Alckmin trata apenas da incrementação do Bolsa Família, enquanto Bolsonaro apresenta um programa de planejamento familiar e controle de natalidade.

Nas proposições para as empresas estatais, enquanto Lula defende a interrupção das privatizações e o fortalecimento das estatais em geral, com destaque para Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ciro Gomes aponta para a recompra de ativos da Petrobras, da Eletrobras e da Embraer.

Marina Silva, por seu turno, aponta para a não pri-

vatização dos bancos públicos federais. Já Geraldo Alckmin e Jair Bolsonaro adotam a desestatização como regra geral.

Na política de investimentos, Lula e Ciro Gomes apostam na articulação entre investimento público e investimento privado, com centralidade no papel do sistema produtivo estatal e do sistema público de créditos. Ao passo que Geraldo Alckmin, Jair Bolsonaro e Marina Silva apostam na priorização do

investimento privado, acompanhado da defesa do tradicional tripé macroeconômico e do aprofundamento da austeridade fiscal como forma de o país voltar a acessar o *investment grade*.

A conjugação dessas diretrizes que dizem respeito às capacidades estatais compõe parte fundamental dos esforços para a reativação do crescimento e do desenvolvimento econômico do país, por isso merecem atenção redobrada nas eleições.